

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – 1997- 2017

ELISABETE GOMES DE MOURA

RIO DE JANEIRO

2019

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – 1997- 2017

ELISABETE GOMES DE MOURA

110140023

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Pedagogia sob
orientação do Prof. Dr. Armando de Castro
Cerqueira Arosa

RIO DE JANEIRO

2019

ELISABETE GOMES DE MOURA

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – 1997- 2017

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.

Prof. Dr^a.

Prof. Dr^a.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____

Dedico este trabalho à Deus, o Senhor da minha vida, meu fiel amigo e conselheiro, pois sem ele nada é possível. “Ao Rei eterno, imortal e invisível, o único Deus - a Ele sejam dadas a honra e a glória, para todo o sempre! Amém!”

1 Timóteo 1:17

AGRADECIMENTOS:

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me deu forças para permanecer até aqui e que esteve comigo em todos os momentos, mesmo nas situações em que eu cheguei a acreditar que estava sozinha.

Ao meu falecido marido Renato (em memória) que dividiu seus últimos anos de vida comigo de forma magnífica, foi um anjo de Deus na minha vida, me deu todo suporte como marido, companheiro, me deu uma filha linda e milhares de motivos pra sorrir, apesar de sua partida ter sido tão prematura e devastadora, não me deixou faltar nada, nem mesmo na sua morte.

Agradeço a minha sogra Ivonete (em memória) que mesmo tendo perdido o único filho e no momento de sua mais extrema dor não permitiu que eu parasse de estudar, tomou conta da minha filha ainda bebezinha para que eu pudesse frequentar as aulas e ainda nos seus últimos momentos me ajudou nas provas.

Ao meu sogro Francisco que foi e ainda é mais que um pai para mim, todas as vezes que a dor da perda falava mais alto e eu tinha vontade de abandonar tudo ele estava lá, me dando todo suporte, me ajudando, cuidando de mim, ainda que eu viva outras vidas, jamais terei como agradecer.

As minhas irmãs Edilene e Elaine que estiveram ao meu lado me incentivando, me apoiando, cedendo tempo e amor para me suprir, seus concelhos me fizeram entender muitas coisas e eu sou grata pelo privilégio de ter irmãs tão maravilhosas.

A minha sobrinha Mayara que por bastante tempo foi praticamente mãe para minha filha quando eu não pude cuidar dela, doando seu tempo, amor, cuidado, carinho e atenção sem nunca pedir nada em troca.

A minha filha Emanuelle, o grande motivo de eu nunca desistir, o motivo que me fez sair da depressão, do luto, me fez querer viver, ser alguém, ser exemplo e acreditar que qualquer coisa é possível depois que a gente se torna mãe.

Ao meu atual marido Fabiano que me ensina a cada dia que não há limites para quem tem motivação, um verdadeiro sobrevivente, um guerreiro que está ao meu lado em todas as

batalhas, me impulsiona a crescer, me motiva todos os dias, um verdadeiro exemplo de alguém que nunca desiste, eu agradeço a Deus todos os dias por tê-lo na minha vida.

Aos meus amigos Silas e Luciene que me fizeram rir nos momentos mais tristes da minha vida, me acolheram nas suas casa sem nem me conhecer direito, muitas vezes foram um refugio nos momentos de crise e sempre me incentivaram na minha trajetória, amigos que vou levar para a eternidade.

Agradeço ao meu professor e orientador Armando que foi fundamental para a minha chegada até aqui, acreditou em mim até quando nem eu acreditava mais e me fez enxergar um potencial que nem eu sabia que existia.

Não posso deixar de agradecer ao meu sempre presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** que me fez entender o poder transformador da educação, que é possível ao pobre ter estudo, ter qualidade de vida, ter orgulho de suas origens, que o negro é capaz de ocupar todas as camadas da sociedade e não só as periferias e os presídios, que lugar de mulher é aonde ela quiser. Por causa dele eu sou a primeira da minha família a entrar na universidade e não serei a última.

RESUMO

O presente trabalho, como parte da pesquisa Políticas Públicas, produção de conhecimento e discurso jornalístico em Educação, coordenada pelo professor Armando Arosa, busca compreender os principais traços da produção acadêmica sobre Educação Infantil, publicada na Revista Brasileira de Educação, da ANPEd, no período entre 1997 e 2017. O critério para o recorte temporal baseia-se no marco principal de inclusão da Educação Infantil nas políticas de Estado para esta etapa da escolarização que passa a pertencer à Educação Básica (a Lei nº 9.394 de 1996). Para se buscar o objetivo principal do estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória, realizando-se um primeiro levantamento dos trabalhos publicados no período, tornando possível acessar as 67 edições da revista. Nesse período, foram publicados 666 trabalhos, sendo 31 artigos sobre o tema, o que representa 4,65% do total de publicações. Nesse grupo de artigos foi possível, preliminarmente, encontrar 7 artigos que abordam aspectos pedagógicos, 6 que tratam de traços Sociológicos a respeito do tema, 4 que abordam o tema historicamente, 3 que abordam o trabalho docente, 2 que discutem a formação docente, 1 que debate os aspectos da gestão, 6 artigos que abordam as políticas públicas para o tema e 2 que tratam da pesquisa educacional. Como primeiro traço que se pode apontar temos a dispersão teórica e disciplinar, o que pode apontar para a saudável diversidade ao mesmo tempo em que pode revelar a falta de acúmulo de conhecimentos numa mesma área. O estudo foi desenvolvido através de revisão da literatura.

Palavras Chave: Educação Infantil, Pesquisa Educacional, Produção de conhecimento.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	9
1- METODOLOGIA	11
1.1- HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	13
2- A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (ANPED) E A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (RBE)	18
3- A EDUCAÇÃO INFANTIL NA RBE	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

*“Uma criança, um professor, uma caneta e um livro
podem mudar o mundo. A educação é a única
solução”.*

Malala Yousafzai

Iniciando com a fala de Malala, uma grande defensora do direito a educação, apresento como requisito obrigatório para conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ), o resultado final de minha pesquisa monográfica e as decisões que traçaram meu caminho até aqui. Partindo do entendimento de que a educação é a única solução para um mundo melhor e que investir na educação infantil é tão importante quanto o ensino superior, confesso que não foi fácil delimitar, em meio a tantos caminhos possíveis que são alcançados pela educação, um único percurso, mas esta dificuldade colaborou para que o processo de escolha sobre a pesquisa se tornasse para mim uma prazerosa experiência.

O período de leitura, releitura, escrita, as conversas com meu orientador contribuíram muito para minha caminhada na busca por elucidar o seguinte problema, compreender quais os principais traços da produção acadêmica sobre Educação Infantil, publicada na Revista Brasileira de Educação, da ANPEd, no período compreendido entre 1997 e 2017. A busca por esses traços me impulsionou a conduzir esta pesquisa, desta forma a escolha pelo título - ***A produção acadêmica sobre educação infantil na revista brasileira de educação – 1997- 2017***, está intimamente ligada à minha trajetória como estudante apaixonada pela educação infantil e futura profissional.

A pesquisa justifica-se em função da necessidade de fortalecer a pesquisa acadêmica sobre esta etapa da educação e contribuir e abrir espaço para o tema que busquem compreender como os educadores e as instituições pensam e trabalham em prol da educação infantil, . Para isso, tomo aqui as duas décadas após sua inclusão na Educação Básica (na Lei nº 9.394 de 1996), e suas alterações para desenvolver a referida temática. Por essa razão, o objetivo

principal do presente estudo é compreender os principais traços da produção acadêmica que versam sobre a temática da Educação Infantil, publicada na RBE, da ANPEd, no período citado.

A partir disso, busca-se como objetivos específicos, investigar e identificar, por meio de mapeamento bibliográfico o que os artigos periódicos da área educacional publicados de neste marco temporal, têm evidenciado sobre práticas ou trabalho na educação infantil, analisando o perfil dessas publicações dos últimos 20 anos, suas contribuições e percepções sobre a educação da criança de zero a seis anos, pretendendo com isso colaborar para uma melhor compreensão e desenvolvimento de novas estratégias de ação nesse campo.

1- METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a bibliográfica, documental e descritiva, tendo como fonte de referência as publicações da RBE sobre educação infantil entre 1997 a 2017. A partir do entendimento de que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007), por meio de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007 p. 122).

Para se buscar o objetivo principal do estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de uma triagem dos trabalhos publicados pelo periódico, tornando possível acessar as 67 edições da revista. Esse levantamento possibilita entendimento acerca das publicações dos últimos vinte anos no país mostrando quais suas tendências de pesquisas na área da Educação infantil com análise do título, as palavras-chaves, leitura integral dos resumos e agrupamento posterior. Nesse período, foram publicados 666 trabalhos, sendo possível localizar 31 artigos sobre o tema, o que representa 4,65% do total de artigos, um número bem abaixo da minha expectativa. Desta forma, a divisão dos artigos por grupos viabilizou a análise de cada grupo a fim de investigar traços da produção acadêmica da RBE sobre educação infantil onde haja uma possível conexão com a inclusão da Educação Infantil nas políticas de Estado para esta etapa da escolarização que passa a pertencer à Educação Básica (a Lei nº 9.394 de 1996).

A pesquisa documental é entendida por Severino (2007, p.122) como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Durante a leitura os artigos apresentaram traços similares, o que colaborou para dificultar o agrupamento por temas ou grupos disciplinares indicando uma imprecisão teórica, característica que se observou em todos os artigos analisados, isso ocorre porque ao mesmo tempo em que um artigo discorre sobre política pública, por exemplo, aborda também a

formação de professores, gestão e assim por diante, em vista disso, a pesquisa revela enfoques múltiplos, entre as características dos artigos, evidenciando uma dificuldade para grupá-los.

Essa tendência é sinalizada por Gatti (2006 p. 33) onde reconhece que:

[...] Alguns grupos consolidados em várias partes do país passam a trabalhar investigativamente a partir não de problemas de porte bem delimitado, com enfoque específico e de direção única, mas sim, em torno de temas de natureza mais complexa e que demandam abordagens multi ou interdisciplinares, centrados em processos educativos e em política educacional, sob diferentes ângulos e níveis de abrangência.

Desta forma é possível compreender que no que diz respeito a ANPED, Bernadete Gatti esclarece que:

[...] há sinalizações de novas tendências no desenvolvimento da pesquisa em educação, com desprendimento de estritos campos disciplinares e avanços na procura de interfaces e diálogos pertinentes interáreas, diferentes abordagens e diferentes modos de teorização. (GATTI, 2006 p.33)

A partir disso foi realizada a divisão dos artigos por um conjunto de trabalhos no intuito de identificar as principais características utilizadas por seus autores e investigar as concepções apresentadas, uma vez que nesse conjunto foi possível, preliminarmente, encontrar 7 artigos que abordam aspectos pedagógicos, 5 que tratam de traços Sociológicos a respeito do tema, 4 que abordam o tema historicamente, 4 que abordam o trabalho docente, 1 que debate os aspectos da gestão, 6 artigos que abordam as políticas públicas para o tema e 2 que tratam da pesquisa educacional. Outro traço que se pode apontar é a dispersão teórica e disciplinar, que pode sinalizar uma saudável diversidade ao mesmo tempo em que pode revelar a falta de acúmulo de conhecimentos numa mesma área.

1.1- HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

Do ponto de vista histórico, durante muito tempo, o cuidado e a educação da criança pequena esteve sob a responsabilidade familiar, especialmente da mãe. A instituição creche surge no Brasil no fim do século XIX, decorrente da industrialização e da urbanização do país. Neste contexto, criam-se as creches com o intuito de liberar a mulher para o mercado de trabalho. No decorrer dos tempos, a história da educação infantil no Brasil teve diferentes mudanças na sua função, pois o papel das instituições visava apenas o cuidar, não havia a preocupação de educar as crianças de zero a cinco anos. Se antes, as instituições infantis somente atendiam às crianças socioeconomicamente desfavoráveis, por possuírem visão assistencialista, atualmente, passaram a ter o papel de educativa, ou seja, o cuidar e o educar fazem parte intrinsecamente da educação da criança, pois a educação é um direito da criança desde o seu nascimento

No Brasil, a efervescência das ideias pedagógicas modernas advindas dos países ditos de primeiro mundo, durante os finais do século XIX e início do século XX, fez com que médicos, juristas, intelectuais e religiosos voltassem seus olhares sobre a infância brasileira, particularmente sobre a infância pobre, com o ideal de modernizar o país nos moldes europeus, a infância foi vista como um dos principais focos de atenção. A intenção de proteger a infância impulsionou a criação de várias associações e instituições para atendê-la nos mais diversos aspectos como, saúde e sobrevivência, direitos sociais e educação. Anteriormente a este processo, arranjos alternativos foram se constituindo no sentido de atender as crianças das classes menos favorecidas.

A infância, a maternidade e o trabalho feminino em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil.

[...]As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho (KUHLMANN JR. 2000 p. 11)

Para as crianças da elite, reserva-se o Jardim de Infância, com a proposta de uma educação racional e compatível com o progresso científico. Nesse contexto, o interesse pela educação pré-escolar se deu pela esfera privada e as instituições para os pobres, mesmo sendo necessárias, não se concretizaram, nesse período *“a ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos”*.

Na década de 1980 houve um salto em relação a educação infantil, estudos e pesquisas foram realizados com objetivo de discutir a função da creche/pré-escola, chegando ao entendimento de que independente da classe social, a educação da criança pequena é extremamente importante e que todas deveriam ter acesso a ela. Agora, a educação infantil, para atender essa nova demanda, necessita alterar suas práticas pedagógicas com a junção do educar e cuidar. Cuidar no sentido que as necessidades básicas da criança sejam atendidas e, educar, porque deve oferecer à criança, possibilidades de descobertas e aprendizados.

Assim sendo, não cabe mais um olhar sobre a creche como um depósito de crianças ou como uma instituição essencialmente assistencialista. A proposta pedagógica é sem dúvida uma ferramenta fundamental, para o sucesso do processo educacional, a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica, integrada aos ensinamentos Fundamental e Médio, com ampla dimensão no sistema educacional, hoje a criança é vista como alguém capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para o exercício da cidadania.

É importante destacar que falar sobre pesquisa em educação no país é algo recente. O povo brasileiro, por tradição cultural, acostumou-se a compartilhar as elaborações científicas oriundas de outros países, portanto as primeiras pesquisas elaboradas no Brasil são datadas já no séc. XX tendo como aspecto significativo para o início da pesquisa em educação o processo de industrialização do país, também a partir da década de 1930, gerando na escola a necessidade de acompanhar tal movimento, outra questão favorável a este cenário é a fundação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP). A partir daí, surgem, no Brasil, importantes instituições fomentadoras e de apoio à pesquisa científica, tais como o Conselho Nacional de Pesquisas e a Fundação de Amparo à Pesquisa nos diferentes estados, porém, um maior desenvolvimento da pesquisa educacional no país, agora organizada, subsidiada e estimulada, acontece a partir de 1970, depois da publicação da Lei 5692/71, que regula a “Formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós graduação” (art. 33) gerando uma maior circulação de pensamentos teóricos educacionais que começam a

se consolidar. Do mesmo modo, nesta época, ampliam-se os espaços de pesquisa no interior de cursos de pós-graduação e nas instituições que vão surgindo, como a ANPED, CNPQ e tantos outros.¹

Já nas décadas seguintes, como relata GATTI, (2006, p 32):

[...] Observamos no Brasil, ao final da década de noventa, a consolidação de grupos de pesquisa em algumas subáreas, quer por necessidades institucionais à luz das avaliações de órgãos de fomento à pesquisa, quer pela maturação própria de grupos que durante as décadas anteriores vinham desenvolvendo trabalhos integrados. Encontram-se na segunda metade dos anos mil novecentos e noventa alguns grupos mais ou menos sólidos de investigação, por exemplo, em alfabetização e linguagem, aprendizagem escolar, formação de professores, ensino e currículos, educação infantil, fundamental e média, educação de jovens e adultos, ensino superior, gestão escolar, avaliação educacional, história da educação, políticas educacionais, trabalho e educação.

Outro aspecto que se pode sinalizar é que não há como falar sobre a história da educação infantil sem contextualizar as políticas que a permeiam, em vista disso, torna-se necessário observar alguns pontos da legislação vigente para melhor compreensão da temática. A criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à educação legitimado até 1988, a Constituição atual reconhece a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado, a partir dela, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.

Com a promulgação da Lei 9.131/95. Art. 3º

[...] As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

¹ Para visualizar um panorama desta evolução em pesquisa, basta acessar os anais das Reuniões Anuais da ANPED.

A Educação Infantil passa a ser vista não como um artigo de luxo, mas um direito a todas as crianças brasileiras. Por essa razão, LDB/96 é um marco na história da Educação Infantil, pois é a partir dela que se inicia o processo de institucionalização educacional das crianças de 0 a 6 anos no contexto brasileiro. Introduzir a educação infantil como primeira etapa da educação básica, é reconhecer que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

A educação infantil recebeu um grande destaque na nova LDB, o que não havia nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Com o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o MEC publicou, em 1998, o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil. No mesmo ano, visando a elaboração de currículos de Educação Infantil, cuja responsabilidade foi delegada pela LDB a cada instituição e seus professores, o ministério editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Um ano depois, em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país.

A respeito da legislação citada é importante destacar que:

1° A necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo – se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, para o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos torna – se imprescindível a indissociabilidade das funções de educar e cuidar.

2° Sendo a ação da educação infantil integrar a família à comunidade, envolve a busca constante do diálogo com as mesmas, mas também implica um papel específico das instituições de educação infantil no sentido de ampliação das experiências, dos conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

3° Ao ressaltar que a avaliação na educação infantil não tem objetivo de promoção e não constitui pré-requisito para acesso ao ensino fundamental, a LDB traz uma posição clara contra as práticas de alguns sistemas e instituições que retêm as crianças na pré-escola até que se alfabetizem, impedindo seu acesso ao ensino fundamental aos sete anos.

Finaliza-se esta parte observando que o processo de avaliação pressupõe sempre referências, critérios, objetivos e deve ser orientador, ou seja, deve visar o aprimoramento da ação educativa, assim como o acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, necessitando ter como referência objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da instituição. Isto permite que o profissional da educação infantil desenvolva habilidades de observação e de registro do desenvolvimento da criança e que reflita permanentemente sobre sua prática, aperfeiçoando – a no sentido do alcance dos objetivos.

Além da seção específica sobre a educação infantil, a LDB define em outros artigos aspectos relevantes para essa etapa da educação. Por exemplo, quando trata “Da Organização da Educação Nacional” (capítulo IV), estabelecendo o regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios na organização de seus sistemas de ensino, fica estabelecida a responsabilidade principal do município na educação infantil, com o apoio financeiro e técnico de esferas federal e estadual.

2- A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (ANPED) E A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (RBE)

A ANPEd é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976 pela iniciativa de alguns programas de pós-graduação da área da educação que atua como fórum de debates das questões científicas e políticas da área, tornando-se referência para acompanhamento da produção brasileira no campo da educação. A ANPEd promove o intercâmbio e a cooperação entre os programas, os(as) professores/professoras e os estudantes da pós-graduação em educação e demais pesquisadores da área fomentando a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área educacional a fim de facilitar sua difusão e intercâmbio e estimula as atividades de pós-graduação e pesquisa em educação para responder às necessidades sistemas de ensino, das instituições de ensino superior, bem como das comunidades locais e regionais, valorizando a cultura nacional e contribuindo para sua permanente renovação e difusão tendo dentre seus objetivos a promoção e o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática e a consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da educação no país, incentivando a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados.

As atividades da ANPEd estruturam-se de duas formas, por meio dos programas de pós-graduação em educação representados no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Eduforum) e dos Grupos de Trabalho (GTs) que congregam pesquisadores interessados em áreas de conhecimento especializado da educação. Para serem constituídos, os GTs precisam ter funcionado durante 2 anos no formato de Grupos de Estudo, com aprovação prévia da Assembleia Geral.

Verbete Anped, por Ebenezer Takuno de Menezes, em Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/anped/>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.²

As publicações sobre os mais variados temas e sua reputação consolidada no campo da pesquisa educacional justificam a RBE como fonte de investigação a respeito dos principais

² As atividades da ANPEd estruturam-se de duas formas, por meio dos programas de pós-graduação em educação representados no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Eduforum) e dos Grupos de Trabalho (GTs) que congregam pesquisadores interessados em áreas de conhecimento especializado da educação. Para serem constituídos, os GTs precisam ter funcionado durante 2 anos no formato de Grupos de Estudo, com aprovação prévia da Assembleia Geral.

Verbete Anped, por Ebenezer Takuno de Menezes, em Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/anped/>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

traços da produção acadêmica sobre Educação Infantil, no período pesquisado com base no marco principal de inclusão da Educação Infantil nas políticas de Estado para esta etapa da escolarização que passa a pertencer à Educação Básica (a Lei nº 9.394 de 1996).

Cabe aqui uma pequena apresentação acerca do papel que a RBE tem desempenhado no contexto da associação e da área da educação. Por intermédio desse periódico a ANPEd tem se tornado uma referência no âmbito nacional e internacional para o acompanhamento das produções no campo da educação, impulsionando o intercâmbio acadêmico.

De acordo com seu regulamento, o principal objetivo da RBE é publicar artigos inéditos sobre práticas, pesquisas, estudos teóricos, reflexões e temas polêmicos de autores brasileiros e estrangeiros que tratem de educação. A produção da RBE é feita por meio de um trabalho coletivo [...] “resultantes de pesquisas, ensaios teóricos e relatos de experiências que contribuam para o avanço do conhecimento sobre o tema e fomentem a realização de novos estudos e pesquisas” (ANPEd, 2008 p.1)³ Assim como documentos, entrevistas, resenhas e notas de leitura, com participação de todos os membros da comissão nas decisões inerentes a ela.

No site da ANPEd encontram-se todas as publicações da RBE, desde a sua primeira tiragem em 1995, com edição trimestral, ela apresenta uma diversidade de publicações de nível teórico representativo.

[...]A RBE publica artigos inéditos e dossiês que abordem temas associados à área da educação, resultantes prioritariamente de pesquisas. Excepcionalmente são publicadas traduções de artigos estrangeiros editados anteriormente em livros ou periódicos que tenham circulação restrita no Brasil. São publicados também documentos e resenhas[...] (ANPEd. Sobre a Anped. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe>. Acesso em: 11/01/2019

(ANPEd, 2008). Regulamento da Revista Brasileira de Educação (RBE) atualizado em 2008. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/regulamento_rbe.pdf. Acesso em 14/01/2019

3- A EDUCAÇÃO INFANTIL NA RBE

Como um primeiro movimento foi elaborada uma planilha com os textos publicados na RBE, na seção Artigos, sobre educação infantil, entre os anos 1997 a 2017 considerando as seguintes referências: Título, Autor(res), Ano, Palavra-chave 1 e 2, Número da edição e grupo do texto⁴. Esse filtro foi importante para que se pudesse alcançar a totalidade de publicações que tratassem apenas da temática pretendida. A partir desse procedimento, para categorização se fez necessário observar os seguintes aspectos: Palavras-chave e quantidade artigos em que essas palavras se repetem, o que possibilita analisar aspectos comuns entre essas pesquisas.

As pesquisas que trazem a palavra-chave educação ‘infantil’ na primeira coluna se caracterizam por apresentarem uma tendência qualitativa, de caráter exploratório, centrada em observação de grupos de crianças, questionários, análise documental e estudos de caso, com objetivo comum de investigar, discutir e compreender os projetos, programas e políticas para a educação infantil e seus desdobramento dentro e fora dos espaços institucionais. Na mesma coluna, a palavra-chave ‘Infância’ se repete em três artigos, a relação entre esses artigos se dá na apresentação das abordagens teóricas do termo infância, nos modos de pensar a infância, nos saberes e nas suas relações sociais.

1º COLUNA

PALAVRA-CHAVE	REPETIÇÕES
Educação infantil	9 artigos
Infância	3 artigos

Na segunda coluna as palavras chave apresentadas são: Brincar; Pesquisa com crianças; Escolarização; Participação; Letramento; Alteridade; Infância; Educação infantil; Gênero; Poder Judiciário; Políticas públicas; Manuais de puericultura; Contrato geracional; Brincadeira; História da educação; Oralidade e escrita; Políticas públicas para crianças; Programas educacionais na Itália; Tecnologias do eu; Jardim-de-infância.

⁴ Ver tabela 1 no anexo.

2° COLUNA

PALAVRA-CHAVE	REPETIÇÕES
Educação infantil	4
Infância	4

A Palavra-chave mais citada é: ‘Educação Infantil’ encontrada em quatro artigos que apresentam pesquisas sobre a relação do trabalho docente com as políticas públicas que permeiam o campo da educação infantil e suas reflexões sobre a prática pedagógica a partir da inclusão dessas políticas. Os artigos que apresentam a palavra ‘infância’ na segunda coluna não possuem uma característica ou tendência em comum, portanto não há relação além da palavra chave na segunda coluna.

Essa etapa permitiu identificar e apontar os temas mais pesquisados da produção acadêmica da RBE nas duas últimas décadas sobre diversas abordagens temáticas que transcorrem esse campo da educação, em vista disso, os artigos foram divididos em oito principais grupos de trabalhos, são eles: Pedagógico, Sociológico, Histórico, Trabalho docente, Gestão, Político, Formação docente e Pesquisa. Como descrito na tabela a baixo:

GRUPOS DE TRABALHO	ARTIGOS	AUTORES
Pedagógico	7	GOMES (2015); ROCHA (2001); BENTO (2017); SANTOS (2011); BUJES (2002); LUÍS, ANDRADE, SANTOS (2015); GONDRA, GARCIA (2004)
Sociológico	6	GRIGOROWITSCHS (2010); KAPPEL, CARVALHO, KRAMER (2001) CRUZ (2001); BUSS-SIMÃO (2013); FERNANDES (2016); QVORTRUP (2011)
Histórico	4	GOUVÊA, JINZENJI (2006); RIZZINI; GONDRA (2014) ARCE (2002); ANJOS; SOUZA (2016)
Trabalho docente	3	GOULART (2006); NEVES, CASTANHEIRA, GOUVÊA (2015); PINTO, DUARTE, VIEIRA (2012)
Formação docente	2	LOPONTE (2008); DIAS (2012)
Gestão	1	KRAMER, TOLEDO, BARROS (2014)
Político	6	SILVEIRA (2012); KUHLMANN JR. (2000); CAMPOS (2012); MUSATTI (2003); BARRETO (2003); NASCIMENTO (2012)

Pesquisa	2	SILVA, LUZ, FARIA FILHO (2010); ROSEMBERG (2001)
----------	---	--

DIVISÃO TEMÁTICA DOS GRUPOS DE TRABALHO

A divisão é uma prática necessária permite uma observação mais profunda a respeito de cada aspecto investigado, viabilizando assim uma análise dos resumos por temas, a partir dessa estrutura o agrupamento possibilita conhecer um pouco mais a respeito das características apresentadas e dá espaço para que alguns temas sejam abordados de forma mais completa.

PEDAGÓGICO

Apesar da variedade de aspectos, as pesquisas aqui contidas encontram no desenvolvimento infantil seu ponto de convergência, como podemos observar na tabela em anexo. Por essa razão, os artigos inseridos nesta categoria evidenciam uma profunda reflexão sobre as práticas pedagógicas na educação de crianças de 0 a 6 anos, apresentam estratégias de ‘intervenção educativa’ baseada nas atitudes e interação do educador com as crianças, essa interação é observada na experiência dos benefícios do ‘brincar arriscado’ na educação infantil e fazem uma crítica aos modelos tradicionais de educação e às aprendizagens básicas e fundamentais, alicerçadas na distinção hierárquica entre alunos e professores. Gomes (2015) em seu artigo ratifica essa crítica quando argumenta que:

[...]É possível reafirmar a necessidade de resistir ao regime que tem sustentado o funcionamento da educação e assumir suas falhas, constituindo-as como brechas para um agir pedagógico mais humilde e mais expectante, configurando uma pedagogia mais passiva que impositiva, mais existencial que lucrativa. (GOMES, 2015 p.970)

Refletir a prática pedagógica talvez seja o exercício diário que todo pesquisador da educação é levado a fazer, repensando suas ações por meio de estudos, observação das práticas e pesquisas em prol de uma atuação cada vez mais eficaz, nesse contexto.

O artigo: ‘A atitude do educador de infância e a participação da criança como referenciais de qualidade em educação.’ Luís, Andrade; Santos (2015), apresenta a observação de um modelo internacional, pesquisa realizada em Portugal onde os autores promoveram estudos de caso a fim de analisar ‘*como e com quais ferramentas de apoio se pode avaliar e promover qualidade e intervenção educativa adequada*’ p.521. Ao longo das observações, as

conclusões obtidas sobre a prática pedagógica desenvolvida com educadores e crianças de (03 a 06) anos nos dão uma base para refletir a pedagogia na educação infantil.

Para isso, foram desenvolvidas estratégias de ‘intervenção educativa’ baseada nas atitudes e interação do educador com as crianças, com a finalidade de escutar e compreender o modo como elas participam, refletir sobre a qualidade educativa em ambientes de infância e o impacto dos modos de ação do educador sobre as crianças. O estudo corrobora a conclusão de Rocha (2001 p. 32) que aponta as interações como parte essencial ao desenvolvimento das crianças quando afirma que *“na educação das crianças menores de seis anos em creches e pré-escolas, as relações culturais, sociais e familiares têm uma dimensão ainda maior no ato pedagógico”*.

Desta forma, os autores expõem como a experiência das interações manifesta um papel fundamental no sentido de compreender o desenvolvimento da qualidade educativa, o que os autores classificam como atitude experiencial.

[...]A atitude experiencial se traduz em três dimensões: a sensibilidade (como o educador responde às necessidades emocionais das crianças, em uma relação autêntica e profunda); a autonomia (como o educador respeita o trabalho, ideias e julgamentos da criança; como lhe confere liberdade para a escolha da atividade e dos processos e modo de condução; o espaço e o tempo que lhe oferece para participar na criação de regras, negociações e acordos); e a estimulação (como o educador estimula/encoraja/impulsiona a criança em torno da exploração de novos e diversificados materiais e atividades; as oportunidades que oferece à criança para sentir-se fascinada com a descoberta que faz de si e da realidade que a circunda). (LUÍS; ANDRADE; SANTOS, 2015. p.524,525).

Fundamentada nessa interação, Bento(2017) utiliza também um modelo de educação internacional em sua pesquisa elaborada por meio de entrevistas, observações e análise de dados que relacionam a vida moderna das crianças a atividades institucionalizadas, em espaços fechados, que limitam os movimentos, as possibilidades de expressão corporal e consequentemente a criatividade e o desenvolvimento físico e cognitivo. Por esse motivo, defende o brincar como uma oportunidade para as crianças testarem limites, assumirem desafios e experimentarem também a possibilidade de frustração.

[...]Nesse sentido, torna-se possível considerar que a vivência de experiências de brincar arriscado apresenta benefícios para o desenvolvimento, estimulando a criança a mobilizar estratégias de resolução de problemas, que potenciam um maior conhecimento sobre as suas capacidades e limites (BENTO, 2017 p.389).

Assim, algumas brincadeiras são classificadas de acordo com os riscos e suas contribuições ao desenvolvimento infantil, seja cognitivo, físico ou social, tendo na participação do adulto uma contribuição fundamental, na análise dos riscos, na condução e no estímulo as brincadeiras sem reprimir a espontaneidade das crianças, *“para que esta teste os seus limites e tome decisões de forma autônoma, em relação àquilo que é ou não capaz de fazer”*.p.391. Por fim conclui que

“Essa temática como uma componente importante a abordar no contexto de formação inicial e continuada dos profissionais, garantindo uma maior valorização e sustentação teórica em torno dessas experiências”. (BENTO, 2017 p 401).

Neste grupo há um forte apelo por uma intervenção educativa que seja inclusiva, garantindo a participação ativa das crianças na relação pedagógica, isto significa dizer que a escuta por parte dos educadores é fundamental ao sucesso dessa intervenção no cotidiano educativo e reflete sobre a educação infantil e as práticas pedagógicas face aos modelos tradicionais de educação, Rocha(2001) em seu artigo ‘A pedagogia e a educação infantil’ analisa a prática pedagógica na educação de crianças de 0 a 6 anos, ressaltando que *“o campo pedagógico não tem contemplado suficientemente a especificidade da educação da criança pequena em instituições não escolares, tais como a creche e a pré-escola”*. p.27. Pois costuma priorizar resultados focando em conteúdos quando o objeto principal da prática pedagógica na educação infantil deveria ser o desenvolvimento do *“processo de constituição do sujeito-criança”*, denota ainda a emergência de uma nova pedagogia da infância que reconheça que *“na educação das crianças menores de 6 anos em creches e pré-escolas, as relações culturais, sociais e familiares têm uma dimensão ainda maior no ato pedagógico”*. P. 32.

A autora faz uma crítica às práticas pedagógicas disciplinatórias e a homogeneidade do ensino quando argumenta que o aspecto cognitivo acaba privilegiado no contexto escolar, frente aos demais. A ideia de vida cronologicamente dividida numa homogeneidade de desenvolvimento é problematizada por Gondra e Garcia (2004), no artigo que investiga a *“tese de que é possível, valendo-se de recursos variados, reconhecer aspectos comuns nas diferentes partes da cronologia da vida”* p. 69. Sendo necessário levar em conta aspectos familiares, sociais e econômicos, como particularidades de cada criança durante o processo da aprendizagem na primeira idade da vida.

[...]Pensar a infância implica trabalhar com a ideia de uma vida segmentada, o que nos impõe construir marcos que permitam identificar o começo e o

término das diferentes fases, constituindo, assim, um efetivo gradiente das idades, evolutivo e linear. (GONDRA; GARCIA 2004 p. 82).

A respeito de aspectos do desenvolvimento, Bujes (2002) apresenta uma ampla pesquisa que teve como foco a análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998). Trazendo como seu objetivo principal o argumento de que:

[...] tornar mais explícito o caráter instrumental e técnico do RCN, concebendo-o como um meio inventado para colocar em operação uma série de tecnologias que têm por finalidade moldar e modelar as condutas infantis (BUJES,2002 p. 18).

Desta forma, observa-se uma concordância sobre aspectos comuns no processo de aprendizagem, destacando as especificidades de cada criança na construção de sua própria identidade, Bujes(2002 p. 30) sinaliza que:

[...] Esses recursos de que a prática pedagógica proposta pelo RCN se vale, as histórias de vida, os objetos, as imagens, os filmes etc. servem de suportes para que as crianças construam as próprias narrativas a respeito de si mesmas.

Vale ressaltar que na LDB/96, o desenvolvimento dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, são priorizados e complementam a ação da família e da comunidade uma vez que de acordo com Rocha (2001, p.33)

[...]A multiplicidade de fatores que estão presentes nestas relações, sobretudo nas instituições responsáveis pelas crianças pequenas, exige um olhar multidisciplinar que favoreça a constituição de uma Pedagogia da Educação Infantil e tenha como objeto a própria relação educacional-pedagógica, expressa nas ações intencionais que, diferentemente da escola de Ensino Fundamental, envolvem além da dimensão cognitiva, repito, as dimensões expressiva, lúdica, criativa, afetivas, nutricional, médica, sexual etc.

SOCIOLÓGICO

Esse grupo reúne um conjunto de seis artigos voltados à discussão a respeito do papel da educação sob o aspecto da sociologia e aspectos conceituais e a evolução da população de 0 a 6 anos na educação pré-escolar através de pesquisas, para isso, os autores analisam dados que possibilitam um maior conhecimento da situação da criança de 0 a 6 anos que frequenta a

instituição de educação infantil e os fatores que influenciam na frequência permitindo um diagnóstico das atuais condições do atendimento à primeira infância e fornece subsídios para a formulação e implementação de políticas no setor, além de observar como se dá o processo da socialização nesse seguimento. Qvortrup (2011), afirma que ao contrário do que se pensa, as crianças possuem um importante papel como participantes da sociedade argumentando que *mesmo o trabalho escolar realizado pelas crianças tem utilidade, pois, sem ele, nossa sociedade moderna não poderia sobreviver*". p.323. Devendo ser valorizada por parte da sociedade adulta, pois segundo ele:

[...]Ao contrário da maioria dos observadores, estudiosos, políticos e adultos em geral que veem as crianças como seres frágeis, no presente artigo argumento que elas são – e historicamente sempre foram – participantes úteis à sociedade. (QVORTRUP, 2011 p.323).

Marcia Buss-Simão, *Buss-Simão* (2013), argumenta que a instituição de educação infantil como estrutura social é imposta pelos adultos tendo um campo interessante para investigação das relações de poder entre adultos e crianças nos processos em que as crianças são consideradas atores, com um papel mais ou menos ativo, mas sempre importante no conhecimento que se constrói acerca delas, essa investigação tem uma história relativamente recente. Desta forma, as reflexões que as contribuições da pesquisa sobre educação na infância trazem a respeito da hierarquização na relação adulto / criança indicam, de acordo com Fernandes (2016, p.770) que:

[...]A sociologia da infância tem vindo a discutir esse aspeto desde há algum tempo, no intuito de não se assumir tacitamente essa relação hierárquica e se pensar em formas alternativas de construir relações de pesquisa com as crianças, que sejam mais horizontais e respeitadoras da criança enquanto ator social.

Nesta mesma perspectiva sociológica, Grigorowitschs (2010) aborda, a variedade de conhecimentos, elementos sociais e culturais que fortalecem o papel do jogo nos processos de socialização infantil, discute ainda sobre como e o que as crianças sabem e aprendem sobre elas ao estabelecerem suas relações no cotidiano de uma instituição de educação infantil argumentando que *“o jogo infantil possui sua especificidade porque desempenha papel fundamental, poderíamos dizer até estruturante, nos processos de socialização infantil”* p.232.

No intuito de investigar a socialização e o desenvolvimento infantil a partir da análise de uma pesquisa centrada nas falas das professoras e famílias usuárias da creche comunitária,

Cruz (2001) apresenta dados que permitam “*conhecer e refletir sobre essas falas*” a fim de que possam identificar as precariedades e buscar estratégias para superá-las, nesse contexto a pesquisa apresenta questões relativas a função da creche e a importância da participação das famílias no desenvolvimento das crianças. Sustentando que “*A função da creche é percebida diretamente vinculada à necessidade de trabalho dos pais, cumprindo uma função de guarda e atendimento das necessidades básicas das crianças*”. p 54.

Já (Kappel; Carvalho; Kramer (2001) buscam por meio de dados estatísticos identificar “*quem são as crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas e que fatores influenciam esta frequência*” p.35. Desta forma, a categoria sociológica relaciona o sucesso do desenvolvimento da sociedade à introdução do ambiente escolar como benéfico não só as crianças e suas famílias. Pois “*É consenso que a educação de crianças pequenas é uma das áreas educacionais que mais retribuem à sociedade os recursos que foram nela investidos*” p.46).

Observamos aqui que os autores tratam do desenvolvimento infantil, porém sob a perspectiva sociológica, a medida em que fundamentam suas pesquisas nas interações sociais da criança e a construção e desenvolvimento de sua identidade a partir de sua percepção de mundo

HISTÓRICO

Partindo do entendimento comum de Anjos e Souza (2016 p. 877) que:

[...]a escolarização um fenômeno que, ao apropriar-se de um tempo da vida do ser humano – a infância –, remodelando-o e adaptando-o à forma escolar, incide com suas práticas e mecanismos sobre a vida do sujeito desse tempo infantil, a criança.

Em seu grupo de artigos o tema analisa a educação infantil sob os marcos históricos do séc. XIX a fim de investigar as concepções sobre a educabilidade da criança dos estratos sociais inferiores e seu papel na formação de uma nação civilizada, onde apontam o período em questão atravessando um momento que de acordo com Gouvea e Jinzenji (2006 p.117) foi marcado por:

[...]discussões e práticas que apontavam para a necessidade de profundas transformações no campo educacional, o que contribuiria para o fortalecimento do Estado imperial recém-fundado” então, “escolarizar a população pobre e livre, dispersa por todo o território nacional, implicaria a

produção e afirmação da escola como instituição privilegiada de formação das novas gerações.

Dando a nação o status de “civilidade”. E sustentava, segundo Rizzini e Gondra (2014 p.576).

[...]uma forte crença de que “a educação é o antídoto da criminalidade”, cabendo ao Estado não estender os aparelhos judiciários ou policiais, mas disseminar os aparelhos educativos. planejamento diferenciado de ensino.

Destacando também as práticas de educabilidade para meninas e meninos, onde Anjos e Souza (2016 p.885) apontam que:

[...] no primeiro período, 1857, uma diferenciação maior entre as matérias a serem ensinadas para meninos e meninas. No jogo das representações, a gramática e a regra de três eram necessárias apenas para os meninos. Os trabalhos de agulha, em contrapartida, seriam exclusividade da instrução feminina.

Tais concepções atenderiam requisitos do ideal de uma nação, nesse cenário, já na segunda metade do sec. XIX e início do séc. XX, com papéis definidos de homens e mulheres na sociedade denotando o modelo familiar e escolar idealizados. Nesses moldes estava Lina, definida por Arce (2002 p.110) da seguinte forma:

[...]Lina, é apresentada por Froebel como um modelo do que seria a criança que se educou em um jardim-de-infância: doce, meiga, curiosa e, como o próprio título afirma, que adora estar ocupada. Ela possui uma família em harmonia perfeita, devotada à religião e à moral.

TRABALHO DOCENTE

O processo de letramento na educação infantil como característica predominante do trabalho docente já nos títulos, como nos artigos ‘Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo’ Goulart (2006) e ‘O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes’. Neves; Castanheira; Gouvêa (2015). É o principal destaque deste grupo, aqui também se observa a rede pública como campo de atuação e aspectos do processo de letramento dessas crianças, no espaço educativo e no espaço familiar. De acordo com Goulart (2006 p.452)

[...]crianças cujas famílias são letradas e que participam de atos de leitura e escrita desde muito cedo, vendo familiares escrevendo e lendo, ouvindo histórias, chegam à escola conhecendo muitos dos usos e funções sociais da língua escrita.

Para Neves; Castanheira; Gouvêa (2015) O letramento, é mais que a habilidade de ler e escrever e deve ser compreendido como prática social que envolve os sujeitos nos diversos usos dos símbolos gráficos, desenhos e palavras escritas, nesse contexto, a relação da escola e das crianças com a brincadeira e a ludicidade nos remete a importância do brincar no processo de ensino aprendizagem da educação infantil, apontando a dimensão lúdica da atividade de letramento.

O letramento é parte fundamental do caminho que se percorre a formação do sujeito letrado, nessa perspectiva, esse traço do trabalho docente é discutido sob o viés da relação entre a escola e a família no desenvolvimento da linguagem verbal e escrita quando defende “ *o relevante papel que a escola tem, especialmente para as classes populares, na constituição de sujeitos letrados*”. (GOULART, 2006).

Os artigos também problematizam “as práticas pedagógicas de trabalho com a linguagem na escola, especialmente as práticas de alfabetização, mas não somente”. Goulart (2006) quando fala sobre a sistematização da escrita, nesse sentido, Neves; Castanheira; Gouvêa (2015) buscam compreender “*Como as crianças lidam com as relações entre o brincar e a aprendizagem da escrita no cotidiano da educação infantil?*” A sistematização e a escassez da ludicidade nessa etapa do ensino básico podem iniciar “*um processo de expropriação, e não de apropriação da escrita, ou, melhor dizendo, de expropriação do mundo da escrita*”.

Este grupo aborda também a problemática do trabalho docente pela ótica do exercício da função de educador infantil no contexto da promulgação da lei n. 8.679/2003, que implantou o Programa Primeira Escola, criou as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs).

[...]A partir dessa lei, Belo Horizonte deu início ao atendimento público às crianças com idade até 3 anos, ampliou as vagas para crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e criou o cargo de educador infantil, por meio de concurso público, para o exercício da função docente nessa etapa da educação básica. [...]com um salário inferior ao dos professores que atuam nas outras etapas da educação básica. (PINTO; DUARTE E VIEIRA, 2012 p.745).

Os resultados da expansão do número de vagas na rede pública em razão também da implantação da LDB (lei n. 9.394/1996). Ocasinou um aumento na jornada de trabalho dos professores num sistema de dobra e uma “*sobrecarga de tarefas e de responsabilidades na educação infantil*.” Os artigos também nos trazem aspectos como a sistematização de

conteúdos, tempo para planejamento das aulas, remuneração, consequência da implementação de leis e condições de trabalho e nos permite refletir sobre como as políticas públicas afetam direta ou indiretamente o trabalho docente.

FORMAÇÃO DOCENTE

A formação continuada e sua relação com as políticas públicas, é o principal aspecto que se observa nesse grupo, Loponte (2008) discute a relação entre arte, educação e infância pautada em questões que possibilitam uma reflexão sobre o lugar da arte nas políticas públicas para educação infantil, especialmente no que diz respeito à formação docente entre outras questões, enquanto Dias (2012) busca compreender os modos pelos quais professoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada que tinham por objetivo estimular a inclusão de práticas pedagógicas que tratassem da diversidade étnico-racial.

No âmbito da formação estética, As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aprovadas em 2006 ressaltam a estética como uma das dimensões formativas e expressam a necessidade da compreensão desse conceito e de sua relevância, no entanto qual a relevância que quem se dado a essa formação? Nesse contexto, Loponte (2008) discorre sobre suas experiências e reflexões a partir de análises bibliográficas e defende que *“É preciso alimentar esteticamente as futuras docentes”* seu artigo também faz uma crítica a precarização da arte na educação infantil quando argumenta que:

“Embora a arte seja um terreno fértil para a abertura e possibilidade, a escola consegue aprisioná-la em tempos e espaços específicos, em imagens controladas com pouco espaço para os rabiscos imaginários da infância”. (LOPONTE, 2008 p.118).

No campo da diversidade étnico-racial, a partir de 2003, a alteração dos artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (lei n. 10.639 de 2003 e lei n. 11.645 de 2008), explicita de maneira contundente a obrigatoriedade dos sistemas educacionais brasileiros contemplarem em seus currículos a história de negros e indígenas. Contudo, Dias (2012) argumenta que *“apesar de ter extrema importância no desenvolvimento do ser humano, não tem sido, até o momento, o foco principal das pesquisas que tratam da diversidade étnico-racial e educação no Brasil”*. Nesse sentido sua pesquisa é direcionada a trabalhar esses conhecimentos com professores da educação infantil, por meio de cursos de formação

continuada e refletir sobre quais caminhos traçar para desenvolver o trabalho pautado no respeito às diferenças com crianças pequenas, justificando que:

[...]Os cursos de formação de professores para a educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas. (DIAS, 2012 p.668)

GRUPO POLÍTICO

Os aspectos da escolarização, práticas e enquadramento das instituições de educação brasileiras face as políticas públicas são investigados aqui de forma crítica a fim de que se reflita sobre novas possibilidades de compreender as instituições de educação infantil. As pesquisas expõem ações governamentais para promoção da educação de crianças de 0 a 06 anos por meio de políticas públicas e analisam dados sobre essa etapa da escolarização face à implementação dessas políticas, apresentando questionamentos a aplicação dessas ações que se mostraram pouco eficientes. Kuhlmann Jr. (2000 p.7) argumenta que “[...]a segmentação do atendimento da criança pobre em instituições estruturadas precariamente continua na agenda dos problemas da educação infantil brasileira”. Um fato que se constata após a aprovação da LDB/1996, onde foi possível perceber um crescimento das demandas por vaga na educação infantil que refletem ainda hoje no funcionamento e qualidade das instituições que atendem crianças dessa faixa etária. Nesse sentido, Campos (2012 p. 101) alerta que:

[...] a pressão por suprir a demanda de vagas na pré-escola tem levado muitos municípios a diminuir o número de vagas para as crianças de 0 a 3 anos nas instituições públicas, reorientando sua ação para a ampliação dos convênios.

Aqui nota-se uma clara sinalização de que as redes conveniadas podem não ser uma solução, uma vez que para Nascimento (2012) “A adoção dos sistemas privados de ensino restringe a construção de um projeto pedagógico para essa etapa da educação básica”. O que prejudicaria o ensino de forma autônoma, Barreto (2003) defende a importância de uma integração entre as esferas de poder, afim de que se promova uma educação de qualidade salientando a necessidade de que “se busque aplicar os princípios da integração horizontal das políticas, ou seja, a integração entre os diferentes setores governamentais que têm responsabilidades com a criança de 0 a 6 anos”.

Sobre isso, Silveira (2012) constata em sua pesquisa que a maioria das ações litigiosas envolvendo a educação após 1996 foram “*ocasionadas por alterações nas políticas de oferta do atendimento educacional e na legislação*”, de ações que exigiam o direito à matrícula das crianças na primeira etapa do ensino, a educação infantil, o que sinaliza uma grande dificuldade do Estado com o enquadramento na lei.

[...]Principalmente, no que se refere às ações envolvendo a educação infantil, sua expressiva demanda pode estar relacionada à sua declaração na LDB/1996, como primeira etapa da educação básica e também ao contexto de restrição de recursos com a vinculação de recursos ao ensino fundamental, com a aprovação da emenda constitucional n. 14/96 e com a criação do Fundo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). (SILVEIRA, 2012 p.361).

GRUPO GESTÃO

O único artigo inserido neste grupo (GESTÃO) apesar de apresentar fortes traços de POLITICA e FORMAÇÃO DOCENTE. “*resulta de uma pesquisa voltada para as políticas públicas municipais na gestão da educação infantil*”. Kramer; Toledo; Barros (2014) ‘Gestão da educação infantil nas políticas municipais’. Aponta os desdobramentos da LDB/96 fazendo uma conexão com o progresso da gestão nas escolas públicas de educação básica no sentido de identificar as mudanças nas políticas públicas.

Quanto à educação infantil, gestão e formação dos profissionais dessa etapa do ensino, avanços e retrocessos, a pesquisa constatou que apesar de observar por meio de dados e entrevistas um investimento crescente na qualificação dos profissionais e ampliação na oferta de vagas, no que tange a gestão das instituições ainda são precários os “processos democráticos de nomeação de diretor, em especial nas creches” dentre as ambiguidades observadas na pesquisa, Kramer; Toledo; Barros (2014 p.33,34) ressaltam que: O princípio legal de gestão democrática do ensino público não era seguido em grande parte dos municípios pesquisados. O cargo de direção das instituições de educação infantil não era, em geral, ocupado com base em critérios claros, tornados públicos, com Gestão da educação infantil nas políticas municipais a participação da comunidade escolar. O uso partidário ou as interferências de interesses locais de grupos específicos prevalecia na indicação.

GRUPO PESQUISA

Podemos observar uma característica que o diferencia dos demais artigos analisados, este grupo apresenta dados sobre o trabalho “dos grupos e instituições que produzem pesquisas na área de educação sobre a infância, a criança e a educação infantil no Brasil”, fazendo um mapeamento dos núcleos de pesquisa que se dedicam às questões da infância, da criança e da educação infantil, com uma análise das produções bibliográficas que se configura como importante estratégia de compreensão dessa área de estudos e pesquisas. Silva, Luz e Faria Filho (2010) Utilizaram para o desenvolvimento da pesquisa, consultas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, nos Cadernos de Indicadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação, relativos ao ano de 2006, e na base Lattes do CNPq. Segundo os autores o tema ainda é pouco representado, apesar de reconhecer um aumento de produções na área quando argumentam que:

[...]A educação da criança de 0 a 6 anos de idade configura-se como uma área de recente institucionalização no campo da educação e, embora se possa identificar o aumento do número de pesquisas e trabalhos relativos a essa etapa da educação básica, ela ainda é pouco representada no conjunto da produção acadêmica na pós-graduação brasileira. (SILVA, LUZ e FARIA FILHO. 2010 p.1)

Por sua vez, Rosemberg (2001), expõe suas análises centrada em questões sobre a “importância e o papel da pesquisa científica na avaliação de projetos, programas e políticas de educação infantil” discorrendo a respeito dos modelos de avaliação e a necessidade de que amplie esses modelos para que se inclua “novos conceitos (necessidade, demanda e provimento) e os principais envolvidos (pais/mães, crianças e profissionais)”.

De acordo com Rosemberg (2001 p.21), citado por Coraggio (1996); Rosemberg (2000)

[...]No atual cenário mundial, a participação de especialistas e suas pesquisas no estabelecimento de prioridades, estratégias e avaliações em políticas educacionais vem sendo potencializada pela importância crescente do Banco Mundial na área.

A partir dessa temática a autora reúne fundamentos que julga essenciais para o desenvolvimento de ações no campo da educação infantil como prevenção do impacto da desigualdade econômica, argumentando que os pesquisadores precisam contemplar tais condições de forma mais contundente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o mapeamento dos artigos a respeito do tema foi possível identificar entre outras questões, os traços mais explorados pelos autores, além de observar algumas lacunas existentes na produção acadêmica com relação à educação infantil publicados na RBE, concluiu-se ainda que prematuramente que apesar de se constatar um crescimento de pesquisas para esta etapa de educação, esse crescimento ainda se mostra bastante tímido no periódico, uma vez que do total de artigos publicados no período, 666 artigos, apenas 31 trabalhos, o equivalente a 4,65% de toda publicação da revista, discorrem sobre o tema delimitado para esta pesquisa.

Nos trabalhos analisados, esses traços apresentam o desenvolvimento infantil, sob o aspecto social, físico, psicológico, cognitivo, lançando mão de várias técnicas a fim de analisar, observar e compreender de que forma a educação infantil vem se organizando ao longo da história e qual a sua importância no campo das políticas públicas, para isso foram apresentadas pesquisas empíricas, com as falas principalmente dos docentes, crianças e familiares. Em sua grande maioria, os textos incluídos expressam algum tipo de reflexão sobre a educação/escola públicas, quer seja por análises de projetos formativos, quer seja por relato da pesquisa. Alguns centralizam sua discussão teórica na importância da formação e da profissionalização docentes para a melhoria da qualidade da educação pública.

Há que se destacar a influência dos aspectos socioeconômicos e ideológicos na política educacional brasileira a partir da análise dos grupos de trabalho, sobretudo histórico e político onde, a desigualdade e a injustiça social são constitutivas da história e do cotidiano, nesse sentido, existe também a necessidade de construção de um trabalho que contemple as especificidades e diversidades culturais das crianças, cabendo às políticas públicas municipais e estaduais a expandir com qualidade as ações de creches, pré-escolas e escolas, com a implantação de propostas curriculares e de formação de profissionais de educação e de professores que contemplem a todas as camadas sociais visando uma prática que permita as crianças viver plenamente a sua infância sem imposição de práticas inflexíveis, das rotinas sociais, onde seja possível construir relações de respeito, troca, compreensão, alegria, apoio, dignidade, amor, confiança, solidariedade, entre outros.

As lacunas ficam por conta da falta de destaque conferida às diversidades, em especial a “diversidade étnico-racial” no trabalho pedagógico, apesar de apenas duas pesquisas tratarem da questão na formação docente para a educação infantil, não houve uma abordagem no âmbito

da sala de aula, vale ressaltar que o aspecto da diversidade é de suma importância, principalmente nessa sociedade plural e desigual em que vivemos, a valorização e a proteção da cultura afro-brasileira, como já consagrado no texto da Constituição Federal, agora como princípio geral do ensino revela a importância dada ao tema.

A Lei nº 10.639/03, em sua alteração elevou a questão da “diversidade étnico-racial” à situação de um princípio do ensino, em outras palavras, o ensino deve considerar, obrigatoriamente a temática étnico-racial e deve ser cumprida em todos os níveis destinados a formação de profissionais, quer sejam do ensino ou da estrutura da Educação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Juarez José T.; SOUZA, Gizele. Nos “rigores” da lei: a escolarização da infância na legislação da instrução pública da província do paraná (1857-1883). *Revista Brasileira de Educa o* v. 21 N  67, p. 875-896, 2016

ANPEd, (2008). Regulamento da Revista Brasileira de Educa o (RBE) atualizado em 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/regulamento_rbe.pdf>

ANPED. Sobre a Anped. Disponível em < <http://www.anped.org.br/sobre-anped>>. Acesso em: 11/01/2019.

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Revista Brasileira de Educa o*. N  20, p. 107-120, 2002

BARRETO, Angela Maria R. F. A educa o infantil no contexto das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educa o*. N  24, p. 53-65, 2003

BARROS, Alessandra Santana. A prática pedagógica em uma enfermaria pediátrica, Contribui es da classe hospitalar   inclusão desse alunado. *Revista Brasileira de Educa o*. N  12, p. 84-93, 1999.

BENTO, Maria Gabriela P. Arriscar ao brincar: análise das percep es de risco em rela o ao brincar num grupo de educadoras de infância. *Revista Brasileira de Educa o*. v. 22 N  69, p. 385-403, 2017

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educa o nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Constitui o da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 15/02/19

BRASIL. Lei n  9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educa o nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15/11/2018.

BRASIL. Lei n  9.131, de 24 nov. 1995. Altera dispositivos da Lei n  4.024, de 20 dez. 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 25 nov. 1995.

BRASIL. Ministério da Educa o. Conselho Nacional da Educa o. Diretrizes curriculares nacionais para a educa o infantil. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BUJES, Maria Isabel E. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. Revista Brasileira de Educação. N° 21, p. 17-39, 2002

BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. Revista Brasileira de Educação v. 18 N° 55, p. 939-960, 2013

CAMPOS, Roselane Fatima. “Política pequena” para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. Revista Brasileira de Educação v. 17 N° 49, p. 81-105, 2012

CRUZ, Silvia Helena V. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. Revista Brasileira de Educação. N° 16, p. 48-60, 2001

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres esse processo. Revista Brasileira de Educação. v. 17 N° 51 p. 661-674, 2012

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. Revista Brasileira de Educação. v. 21 N° 66, p. 759-779, 2016

GATTI, Bernardete A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave (Diálogo Educ., Curitiba), v. 6, n.19, p.25-35, set./dez. 2006.

GOMES, Elisabete Xavier. Quem tem medo da pedagogia? :contributos da teoria contemporânea da educação para resistir ao “regresso ao básico”. Revista Brasileira de Educação v. 20 N° 63, p. 949-973, 2015

GONDRA, José; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. Revista Brasileira de Educação. N° 26, p. 69-84, 1994

GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação. v. 11 N° 33, p. 450-461, 2006

GOUVÊA, Maria Cristina S.; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). Revista Brasileira de Educação. v. 11 N° 31, p. 115-132, 2006

GRIGOROWITSCHS, Tamara. Jogo, mimese e infância: o papel do jogar infantil nos processos de construção do self. Revista Brasileira de Educação v. 15 N° 44, p. 230-246, 2010

KAPPEL, Maria Dolores B.; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 16, p. 35-47, 2001

KRAMER, Sonia; TOLEDO, Leonor Pio Borges; BARROS, Camila. Gestão da educação infantil nas políticas municipais. *Revista Brasileira de Educação* v. 19 Nº 56, p. 11-36, 2014

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 14, p. 5-18, 2000

Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acesso em: 04/01/2019

Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 5 abr. 2013

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. (*Perspectivas em Ciência da Informação*), v.15, n.2, p.108-122, maio/ago. 2010 113

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Arte e metáforas contemporâneas para pensar infância e educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13 Nº 37, p. 112-122, 2008

LUÍS, Joana F.; ANDRADE, Sofia; SANTOS, Paula Coelho. A atitude do educador de infância e a participação da criança como referenciais de qualidade em educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 20, Nº 61, p. 521-541, 2015

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação* v. 17 Nº 49, p. 59-80, 2012

NEVES, Vanessa F. A.; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; GOUVÊA, Maria Cristina S. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes. *Revista Brasileira de Educação* v. 20 Nº 60, p. 215-244, 2015

PINTO, Mércia De F. N.; DUARTE, Adriana Maria C.; VIEIRA, Livia Maria F. O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação* v. 17 Nº 51, p. 611-626, 2012

QVORTRUP, Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 Nº 47, p. 323-332, 2011

- RIZZINI, Irma, GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). *Revista Brasileira de Educação* v. 19 N° 58, p. 561-584, 2014
- ROCHA, Eloisa Acires C. A pedagogia e a educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*. N° 16, p. 27-34, 2001
- ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*. N° 16, p. 19-26, 2001
- SANTOS, Cláudia Amaral. A vida do bebê: a constituição de infâncias saudáveis e normais nos manuais de puericultura brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16. N° 47, p. 427-442, 2011
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues; FILHO, Luciano M. F. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 N° 43, p. 84-97, 2010
- SILVEIRA, Adriana Dragone. Atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo com relação ao direito de crianças e adolescentes à educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 17 N° 50, p. 353-368, 2012

ANEXOS

TEXTO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRA CHAVE 1	PALAVRA CHAVE 2	PALAVRA CHAVE 3	PALAVRA CHAVE 4	GRUPO
1	Arriscar ao brincar: análise das percepções de risco em relação ao brincar num grupo de educadoras de infância	MARIA GABRIELA PORTUGAL BENTO	2017	percepções de risco;	brincar	espaços exteriores;	educação infantil.	Pedagógico
2	Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios*	NATÁLIA FERNANDES	2016	ética na pesquisa;	pesquisa com crianças;	crianças	sociologia da infância.	Sociológica
3	Nos "rigores" da lei: escolarização da infância na legislação da instrução pública da província do paraná (1857-1883)	JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS; GIZELE DE SOUZA	2016	história da educação;	escolarização;	infância;	Paraná; século XIX.	Histórica
4	A atitude do educador de infância e a participação da criança como referenciais de qualidade em educação	JOANA DE FREITAS LUÍS, SOFIA ANDRADE, PAULA COELHO SANTOS	2015	educação infantil;	participação;	educação de qualidade.		Pedagógica
5	O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil	VANESSA FERRAZ ALMEIDA NEVES; MARIA LÚCIA CASTANHEIRA; MARIA CRISTINA SOARES GOUVÊA	2015	brincar;	letramento;	educação infantil;	etnografia interacional.	Trabalho docente
6	Quem tem medo da pedagogia? contributos da teoria contemporânea da educação para resistir ao "regresso ao básico"	ELISABETE XAVIER GOMES	2015	infância;	alteridade;	educação;	pedagogia.	Pedagógica
7	Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)	IRMA RIZZINI, JOSÉ GONÇALVES GONDRA	2014	higiene;	infância;	internatos;	Rio de Janeiro (1875-1899).	Histórica



TEXTO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRA CHAVE 1	PALAVRA CHAVE 2	PALAVRA CHAVE 3	PALAVRA CHAVE 4	GRUPO
8	Gestão da educação infantil nas políticas municipais*	SONIA KRAMER, LEONOR PIO BORGES DE TOLEDO, CAMILA BARROS	2014	gestão pública	educação infantil	políticas municipais		Gestão
9	Gênero como possibilidade ou limite da ação social; um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil	Márcia Buss-Simão	2013	educação infantil	gênero	ação social		Trabalho docente
10	Atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo com relação ao direito de crianças e adolescentes à educação *	ADRIANA DRAGONE SILVEIRA	2012	direito à educação	Poder Judiciário	Estatuto da Criança e do Adolescente	políticas públicas educacionais	Política
11	Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial:	LUCIMAR ROSA DIAS	2012	formação de professores	educação infantil	diversidade étnico-racial		Formação docente
12	As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas	MARIA LETÍCIA BARROS PEDROSO NASCIMENTO	2012	educação infantil	políticas públicas	apostilas	sociologia da infância.	Política
13	"Política pequena" para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina1*	ROSELANE FATIMA CAMPOS	2012	políticas de educação infantil na América Latina	educação infantil	pobreza		Política
14	O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte	MÉRCIA DE FIGUEIREDO NORONHA PINTO; ADRIANA MARIA CANCELLA DUARTE; LÍVIA MARIA FRAGA VIEIRA	2012	trabalho docente	educação infantil	política educacional	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte	Trabalho docente



TEXTO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRA CHAVE 1	PALAVRA CHAVE 2	PALAVRA CHAVE 3	PALAVRA CHAVE 4	GRUPO
15	A vida do bebê: a constituição de infâncias saudáveis e normais nos manuais de puericultura brasileiros.	CLÁUDIA AMARAL DOS SANTOS	2011	infância	manuais de puericultura	desenvolvimento infantil.		Pedagógica
16	A volta do papel das crianças no contrato geracional1*	JENS QVORTRUP	2011	infância	contrato geracional	participação social		Sociológica
17	Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações	Isabel de Oliveira e Silva, Iza Rodrigues da Luz, Luciano Mendes de Faria Filho.	2010	educação infantil	infância	criança	grupos de pesquisa	Pesquisa
18	Jogo, mimese e infância: o papel do jogar infantil nos processos de construção do self	Tamara Grigorowitschs	2010	Jogo;	brincadeira;	mimese	identidade; socialização; infância.	Sociológica
19	Arte e metáforas contemporâneas para pensar infância e educação*	Luciana Gruppelli Loponte	2008	dimensão estética e docência	infância	arte contemporânea	educação	Formação docente
20	Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)	Maria Cristina Soares de Gouvêa, Mônica Yumi Jinzeji	2006	história da infância	história da educação	infância pobre		Histórica
21	Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo	Cecilia Goulart	2006	educação infantil	oralidade e escrita	letramento		Trabalho docente

TEXTO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRA CHAVE 1	PALAVRA CHAVE 2	PALAVRA CHAVE 3	PALAVRA CHAVE 4	GRUPO
22	A arte de endurecer "miolos moles e cérebros brandos": a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância	Inâra Garcia e José Gondra	2004	educação	infância	higiene.		Pedagógica
23	A educação infantil no contexto das políticas públicas*	Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto	2003	educação de crianças de 0 a 6 anos	políticas públicas para crianças.			Política
24	Programas educacionais para a pequena infância na Itália*	Tullia Musatti	2003	crianças de 0 a 6 anos	programas educacionais na Itália			Política
25	A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação	Maria Isabel Edelweiss Bujes	2002	educação infantil	tecnologias do eu	subjetividade infantil	dispositivos de poder	Pedagógica
26	Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância	Alessandra Arce	2002	Friedrich Froebel	jardim-de-infância	historia da educação		Histórica
27	A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias	Silvia Helena Vieira Cruz	2001	creche comunitária	desenvolvimento infantil			Sociológica
28	A pedagogia e a educação infantil	Eloisa Acires Candal Rocha	2001	educação infantil	pedagogia	didática pré-escolar		Pedagógica

TEXTO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRA CHAVE 1	PALAVRA CHAVE 2	PALAVRA CHAVE 3	PALAVRA CHAVE 4	GRUPO
29	Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE	Maria Dolores Bombardelli Kappel, Maria Cristina Carvalho; Sonia Kramer	2001	crianças de 0 a 6 anos	concepção da infância	educação infantil;		Sociológica
30	Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil	Fúlvia Rosemberg	2001	educação infantil	instituições coletivas	formação profissional		Pedagógica
31	Histórias da educação infantil brasileira	Moyses Kuhlmann Jr.	2000	educação infantil	políticas discriminatórias	crianças pobres		Política

